

OKUMURA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

www.okumurasa.com.br

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Última atualização: Abril de 2026

1. INTRODUÇÃO

A Okumura Sociedade de Advogados (“Okumura”, “Escritório” ou “nós”), inscrita no CNPJ sob o nº 36.655.0770001-47, com sede em Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, sala 11, 04530-904, Itaim Bibi, São Paulo/SP é um escritório de advocacia especializado nas áreas tributária, direito empresarial e de contratos empresariais.

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (“Política”) tem por objetivo informar a você, titular de dados pessoais, sobre como coletamos, utilizamos, armazenamos, compartilhamos e protegemos as suas informações pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e demais normas aplicáveis.

Esta Política aplica-se a todos os dados pessoais tratados pelo Escritório, seja por meio do site www.okumurasa.com.br, por e-mail, telefone, redes sociais, formulários físicos ou qualquer outro canal de comunicação.

2. DEFINIÇÕES

Para os fins desta Política, consideram-se:

Termo	Definição
Dado Pessoal	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (art. 5º, I, LGPD).
Dado Pessoal Sensível	Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato, dados referentes à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico (art. 5º, II, LGPD).
Titular	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais (art. 5º, V, LGPD).
Controlador	Pessoa natural ou jurídica a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Nesta Política, a Okumura Sociedade de Advogados.
Operador	Pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador (art. 5º, VII, LGPD).
Tratamento	Toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, entre outros (art. 5º, X, LGPD).
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados, órgão da administração pública federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD.
Encarregado (DPO)	Pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares de dados e a ANPD (art. 5º, VIII, LGPD).

3. A QUEM ESTA POLÍTICA SE APLICA

Esta Política se aplica a todos os titulares de dados pessoais cujas informações são tratadas pelo Escritório, incluindo, mas não se limitando a:

- Clientes pessoas físicas e representantes de clientes pessoas jurídicas;
- Potenciais clientes e interessados nos serviços do Escritório;
- Candidatos a vagas de emprego, estágio ou associação;
- Fornecedores, prestadores de serviços e seus respectivos representantes;
- Visitantes do site www.okumurasa.com.br;
- Usuários de nossas redes sociais e canais de comunicação;
- Qualquer pessoa natural que, por qualquer meio, forneça dados pessoais ao Escritório.

4. DADOS PESSOAIS COLETADOS

O Escritório coleta e trata dados pessoais de acordo com a finalidade específica do relacionamento, podendo incluir:

4.1. Dados de identificação e contato

- Nome completo, CPF, RG, data de nascimento, estado civil, nacionalidade;
- Endereço, telefone, e-mail;
- Dados de identificação profissional (cargo, empresa, CNPJ).

4.2. Dados de navegação no site

- Endereço IP, tipo de navegador, páginas acessadas, tempo de permanência;
- Cookies e tecnologias similares (conforme detalhado na Seção 10);
- Dados de geolocalização aproximada.

4.3. Dados para a prestação de serviços jurídicos

- Documentos jurídicos, contratos, procurações;
- Informações financeiras e tributárias necessárias à consultoria e ao contencioso;
- Dados processuais e informações de partes adversárias, testemunhas e terceiros envolvidos.

4.4. Dados de candidatos

- Currículo, histórico acadêmico, experiência profissional;
- Pretensão salarial, disponibilidade, referências profissionais.

4.5. Dados pessoais sensíveis

O Escritório poderá tratar dados pessoais sensíveis apenas quando estritamente necessário e com fundamento em uma das hipóteses previstas no art. 11 da LGPD, tais como

consentimento específico do titular, cumprimento de obrigação legal ou exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

5. FINALIDADES DO TRATAMENTO

Os dados pessoais são tratados pelo Escritório para as seguintes finalidades:

- Prestação de serviços jurídicos de consultoria e contencioso nas áreas tributária e de contratos empresariais;
- Cumprimento de obrigações legais, regulatórias, trabalhistas e contratuais;
- Exercício regular de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais;
- Gestão do relacionamento com clientes e prospecção de negócios;
- Envio de comunicações institucionais, newsletters, informativos jurídicos e convites para eventos;
- Processo seletivo de candidatos a vagas profissionais;
- Gestão administrativa, financeira e contábil do Escritório;
- Atendimento de solicitações recebidas por meio do site, e-mail ou outros canais;
- Melhoria da experiência de navegação no site e análise de desempenho;
- Prevenção a fraudes e garantia da segurança do titular e do Escritório.

6. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO

O Escritório fundamenta o tratamento de dados pessoais nas hipóteses legais previstas nos artigos 7º e 11 da LGPD, conforme aplicável:

Base Legal	Finalidade
Consentimento do titular (art. 7º, I)	Envio de newsletters, informativos jurídicos, ações de marketing e comunicações não essenciais.
Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II)	Atendimento a obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e regulatórias junto a órgãos públicos.
Execução de contrato (art. 7º, V)	Prestação de serviços jurídicos, gestão de procurações e cumprimento de obrigações contratuais.
Exercício regular de direitos (art. 7º, VI)	Atuação em processos judiciais, administrativos e arbitrais.
Legítimo interesse (art. 7º, IX)	Prospecção de novos negócios, análises internas, melhoria dos serviços e segurança.
Proteção do crédito (art. 7º, X)	Análise de risco e cobrança de honorários.

7. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O Escritório poderá compartilhar dados pessoais com terceiros nas seguintes hipóteses:

- Órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos administrativos e autarquias, quando necessário ao exercício regular de direitos ou ao cumprimento de obrigação legal;
- Receita Federal, Secretarias de Fazenda e demais órgãos fiscais, no âmbito da atuação tributária;
- Prestadores de serviços essenciais ao funcionamento do Escritório, tais como provedores de tecnologia da informação, serviços de hospedagem de site, sistemas de gestão, contabilidade, corretoras de seguro e operadoras de planos de saúde e auditoria;
- Parceiros e correspondentes jurídicos, quando necessário para a prestação dos serviços contratados;
- Outros escritórios de advocacia e profissionais, quando houver atuação conjunta devidamente autorizada.

Em todos os casos, o compartilhamento observará os princípios da finalidade, adequação, necessidade e segurança, sendo exigida dos terceiros a adoção de medidas de proteção compatíveis com esta Política e com a LGPD.

O Escritório não comercializa, aluga ou cede dados pessoais a terceiros para fins comerciais ou de marketing.

8. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

O escritório utiliza-se dos servidores e provedores de serviços com alto grau de confidencialidade o que acarreta, inclusive, a contratação de servidores de empresas como Microsoft, AWS e outras, portanto, poderá ocorrer transferência internacional de dados por conta da utilização de tais sistemas:

9. RETENÇÃO E EXCLUSÃO DOS DADOS

Os dados pessoais serão armazenados pelo tempo necessário ao cumprimento de suas finalidades, observados os seguintes critérios:

- Duração do contrato de prestação de serviços e respectivos prazos prescricionais;
- Cumprimento de obrigações legais e regulatórias de guarda e retenção (fiscais, trabalhistas, previdenciárias, entre outras);
- Exercício regular de direitos pelo Escritório em processos judiciais, administrativos e arbitrais;
- Legítimo interesse do controlador, quando aplicável.

Transcorridos os períodos de retenção, os dados pessoais serão eliminados com o uso de métodos de descarte seguro, ou anonimizados de forma irreversível, ressalvadas as hipóteses de conservação previstas no art. 16 da LGPD.

10. COOKIES E TECNOLOGIAS SIMILARES

O site www.okumurasa.com.br utiliza cookies e tecnologias similares para melhorar a experiência de navegação e coletar informações sobre o uso do site.

10.1. Tipos de cookies utilizados

- Cookies essenciais: necessários ao funcionamento básico do site, sem os quais determinadas funcionalidades não operam corretamente;
- Cookies de desempenho e análise: utilizados para coletar informações sobre como os visitantes utilizam o site, permitindo melhorias contínuas;
- Cookies de funcionalidade: permitem ao site lembrar escolhas feitas pelo usuário, como preferências de idioma e região.

10.2. Gestão de cookies

O usuário poderá gerenciar ou desabilitar os cookies por meio das configurações do seu navegador. A desabilitação de cookies essenciais poderá comprometer a funcionalidade do site.

11. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Escritório adota medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, incluindo:

- Controle de acesso restrito e baseado em privilégios;
- Criptografia de dados em trânsito e em repouso;
- Monitoramento contínuo de infraestrutura e sistemas;
- Políticas internas de segurança da informação e confidencialidade;
- Treinamentos periódicos da equipe sobre proteção de dados e segurança;
- Plano de resposta a incidentes de segurança.

Caso ocorra algum incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, o Escritório comunicará o fato à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares afetados, nos termos do art. 48 da LGPD.

12. DIREITOS DOS TITULARES

Em conformidade com os artigos 17 a 22 da LGPD, o titular dos dados pessoais poderá exercer, a qualquer tempo, os seguintes direitos:

Direito	Descrição
Confirmação e Acesso	Confirmar a existência de tratamento e solicitar acesso aos seus dados pessoais.
Correção	Solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

Anonimização, Bloqueio ou Eliminação	Solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.
Portabilidade	Solicitar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto.
Eliminação	Solicitar a eliminação dos dados tratados com base no consentimento.
Informação sobre compartilhamento	Obter informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais o Escritório compartilhou dados.
Revogação do consentimento	Revogar o consentimento a qualquer tempo, sem prejuízo dos tratamentos realizados anteriormente.
Oposição	Opor-se ao tratamento realizado com fundamento em hipóteses diversas do consentimento, em caso de descumprimento da LGPD.
Revisão de decisões automatizadas	Solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais.

Para exercer qualquer dos direitos acima, o titular deverá encaminhar solicitação ao Encarregado de Proteção de Dados (DPO) pelos canais indicados na Seção 14 desta Política. O Escritório responderá às solicitações no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do requerimento, conforme previsto no art. 18, § 5º, da LGPD.

13. SIGILO PROFISSIONAL

Sem prejuízo das disposições da LGPD, o Escritório observa rigorosamente o dever de sigilo profissional previsto no art. 7º do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/1994) e no Código de Ética e Disciplina da OAB. As informações confiadas ao Escritório no âmbito da relação advogado-cliente estão protegidas pelo sigilo profissional e só poderão ser reveladas nos termos da legislação aplicável.

14. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO)

O Escritório designou um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Data Protection Officer – DPO), conforme disposto no art. 41 da LGPD, cujo contato é:

Encarregado: Fernando Guido Okumura

E-mail: contato@okumurasa.com.br

O Encarregado é o responsável por aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos à ANPD e adotar as providências cabíveis.

15. ALTERAÇÕES DESTA POLÍTICA

O Escritório reserva-se o direito de alterar esta Política a qualquer tempo, sendo a versão atualizada publicada no site www.okumurasa.com.br. As alterações entrarão em vigor na data de sua publicação.

Recomendamos que o titular consulte periodicamente esta Política para se manter informado sobre eventuais atualizações.

16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

Esta Política é regida exclusivamente pela legislação brasileira. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Política.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

Caso alguma disposição desta Política seja considerada inválida ou inexecutável, as demais cláusulas permanecerão em pleno vigor e efeito.

O Escritório mantém registros das operações de tratamento de dados pessoais realizadas, conforme exigido pelo art. 37 da LGPD, e está preparado para demonstrar a sua conformidade em caso de fiscalização pela ANPD.

Okumura Sociedade de Advogados

www.okumurasa.com.br

Última atualização: Abril de 2026